**PROCESSO Nº 002/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2022**

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto nº 3.555, de 2000, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar nº 123, de 2006, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: 04 de fevereiro de 2022

Horário: 09h02min (nove horas e dois minutos - horário local)

Endereço: Rua Francisco Novato, nº 02 – Centro – Santa Rita de Ibitipoca(MG)

Credenciamento: das 08 horas às 09h00min

***Não serão recebidos os envelopes habilitação e proposta após 09h02min, ficando o retardatário impedido de participar como licitante do presente certame.***

1. DO OBJETO
	1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para levantamento planialtimétrico e cadastral georreferenciados – REURB, para promover a regularização fundiária dos núcleos urbanos informais, consolidados, necessários à execução de ação de regularização fundiária urbana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
	2. A licitação será realizada em único item
	3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO** do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
	4. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
		1. ANEXO **I** – Termo de Referência
		2. ANEXO **II** – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)
		3. ANEXO **III** – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação
		4. ANEXO **IV** – Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)
		5. ANEXO **V** – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta
		6. ANEXO **VI** – Monografia do Marco de Apoio
		7. ANEXO **VII** – Modelo de Declaração de Anuência de Confrontação
		8. ANEXO **VIII** – Minuta do contrato
2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
	1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
	2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
		1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
		2. Em dissolução ou em liquidação;
		3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n° 8.666, de 1993;
		4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração, nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;
		5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8°, inciso V, da Lei n° 9.605, de 1998;
		6. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
		7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
		8. Estrangeiras que não funcionem no País;
		9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
	3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
3. DO CREDENCIAMENTO
	1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.
		1. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.
	2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
		1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.
		2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.
	3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.
4. DA ABERTURA DA SESSÃO
	1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:
		1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);
		2. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa n° 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (conforme modelo anexo), sob pena de desclassificação da proposta;
		3. Envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

**MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA**

PREGÃO Nº **001/2022**

**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

CNPJ N° **XXXX**

ENVELOPE N° 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA**

PREGÃO Nº **001/2022**

**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

CNPJ N° **XXXX**

* 1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.
		1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº **001/2022**

SESSÃO EM **04/02/2022**, ÀS **09** HORAS

* + 1. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.
	1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
1. DA PROPOSTA DE PREÇOS
	1. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:
		1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, procedência, garantia que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses da data de entrega dos veículos e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência. Todas as especificações vinculam o fornecedor.
		2. Preços unitário e total, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.
			1. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.
		3. Prazo de entrega dos bens, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.
		4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.
	2. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
	1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
	2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.
	3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de maior lance e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e inferiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.
		1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
3. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
	1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
		1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO do item**.
		2. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
	2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de menor valor e os demais, em ordem decrescente de valor.
	3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último valor por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
	4. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor valor, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
	5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
4. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
	1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.
	2. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
		1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
	3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
	4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
	5. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
	6. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.
5. DA HABILITAÇÃO
	1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
6. Cadastro de Fornecedores do Município;
7. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
8. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
	* 1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
		2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
	1. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.
		1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
	2. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:
		1. Relativos à Habilitação Jurídica:
9. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
10. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
11. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
12. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
	* 1. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
15. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
16. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.
	* 1. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
18. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa) dias** contados da data da sua apresentação;
	* 1. Documentos Complementares:
19. Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital;
20. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.
	1. O licitante que já estiver cadastrado no Cadastro de Fornecedores do Município, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.
		1. A verificação se dará mediante consulta nos arquivos do Cadastro de Fornecedores, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
		2. Na hipótese de algum documento que já conste do Cadastro de Fornecedores estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante deverá apresentar imediatamente documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
		3. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
	2. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
		1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
	3. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.
	4. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
	5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.
	6. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
	7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
	8. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todas os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todas os licitantes presentes.
21. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
	1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro.
		1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
	2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
22. DOS RECURSOS
	1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
	2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
	3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
		1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
	4. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
	5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.
23. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
	1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
	2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
24. DO CONTRATO OU NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
	1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
	2. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
	3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
		1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
	4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
		1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
	5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
	6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.
25. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
	1. O prazo de vigência da contratação será de **06 (seis) meses**, a partir do recebimento da ordem de início dos serviços.
26. DO PREÇO
	1. Os preços são fixos e irreajustáveis.
27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
	1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
28. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
	1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.
29. DO PAGAMENTO
	1. O pagamento está previsto no Termo de Referência
30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
	1. Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
		1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas.
		2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
	2. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
	3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
	4. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
	5. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
	6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
	7. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
	8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
	9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
	10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
	11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
	12. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
	13. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço **Rua Francisco Novato, nº 02, Centro, na cidade de Santa Rita de Ibitipoca(MG)**, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **16** horas.
		1. O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [**www.santaritadeibitipoca.mg.gov.br**](http://www.santaritadeibitipoca.mg.gov.br).
	14. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado na Rua Francisco Novato, nº 02, Centro, nesta cidade, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 16 horas.
	15. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5°, III, da Lei n° 10.520, de 2002.
	16. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
	17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Barbacena(MG), com exclusão de qualquer outro.

Santa Rita de Ibitipoca(MG), 24 de janeiro de 2022.

**CRISTIANE CARLA DE ALMEIDA**

***Pregoeira***

# ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2022)**

1. DO OBJETO
	1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de levantamentos topográficos planialtimétrico e cadastral georreferenciados – REURB, para promover a regularização fundiária dos núcleos urbanos informais, consolidados, de aproximadamente 1.361 (mil trezentos e sessenta e uma) unidades distribuídas na sede do Município (21°33’54.4”S 43°54’54.5”W), Distrito de Bom Jesus do Vermelho (21°36’30.0”S 43°51’40.5”W), Distrito de Paraízo Garcia (21°31’51.6”S 43°51’45.5”W), Comunidade dos Moreiras (21°38’36.7”S 43°54’26.8W), Povoado do Alto dos Bambus (21°30’59.0”S 43°51’52.5”W) e Povoado da Casa Branca (21°32’13.5’S 43°50’11.9”W).
	2. E, conforme procedimentos previstos na Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto nº 9.310/2018 e legislações posteriores e afeitas ao tema, bem como na legislação municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
	3. O quantitativo de 1.361 (mil trezentos e sessenta e uma) unidades podem sofrer alterações para mais ou para menos, conforme dados encontrados em campo.
2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
	1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
	1. Levantamento Planialtimétrico Cadastral
		1. Implantação de um par de marcos em cada área, ou pinos de aço bem cravados em base rígida de concreto e bem sinalizados. Os marcos deverão ser fixados de modo que seu topo fique aproximadamente 10 cm acima do chão, cravados em locais resguardados e aprovados pela CONTRATANTE, para determinação das coordenadas N, E e Z.
		2. Os marcos deverão ser implantados com GPS geodésico (L1/L2), com precisão horizontal estática de 5 mm+0,5 ppm e precisão vertical estática de 102 mm+0,5 ppm.
		3. A leitura do GPS Geodésico deverá ocorrer com no mínimo 5 leituras de satélites, por um período de tempo que se enquadre dentro da precisão estabelecida, garantindo a qualidade de todo o levantamento.
		4. Para cada vértice implantado deve ser elaborada uma monografia contendo as seguintes informações: nome do vértice implantado, vértices visíveis, data da implantação, local, município, vértice de origem (nome do ponto, DATUM, coordenadas geodésicas e coordenadas UTM), vértice implantado (coordenadas geodésicas e coordenadas UTM), descrição, itinerário, croqui, foto, empresa executante e responsável técnico.
		5. Em todos os levantamentos deverão serem feitas poligonais de apoio com fechamento angular e linear. Essas serão utilizadas para coletar dados de divisas e outros.
		6. A poligonal será amarrada aos marcos de GPS implantados e deverá ter a seguinte precisão:
			1. Linear: 1: 10.000;
			2. Angular: Menor ou igual a 15’’√ n; onde “n” é o número de vértices.
		7. Os elementos que deverão ser coletados com estação total são: pontos no terreno para definição do relevo, lotes com suas edificações, cercas limites, córregos, nascentes, vias públicas com identificação dos pavimentos, meios-fios, afloramentos rochosos, terrenos alagadiços, tipos de vegetação (culturas, reflorestamentos, pastagens, vegetação nativa), erosões, estradas, benfeitorias, árvores de grande porte isoladas com diâmetro maior ou igual a 20 cm.
	2. Locação de Obra
		1. Locação a partir dos marcos pré-implantados, utilizando equipamento de Estação Total com precisão angular de 0º00'07".
		2. Locação dos vértices das quadras, para amarração dos logradouros públicos e locação dos imóveis.
		3. Distância máxima da Estação Total para o ponto a ser locado: 90 metros.
	3. EQUIPAMENTOS
		1. Estação Total:
			1. Quando do recebimento da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar “Certificado de Calibração” dos aparelhos a serem utilizados. Este documento deverá estar em vigência com a validade máxima de 24 (vinte e quatro) meses, sendo obrigatória a sua revalidação, durante a vigência do contrato.
			2. Essa exigência está baseada no item 4.1.3.2 da NBR 13133/1996 da ABNT - Execução de levantamento topográfico.
	4. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS
		1. A apresentação dos serviços deverá ser composta de:
			1. ART/RRT do responsável técnico pela elaboração dos serviços;
			2. Memoriais descritivos individualizado das áreas e imóveis levantados, desenvolvidos no aplicativo Word;
			3. Desenhos dos levantamentos, quando desenvolvidos por softwares topográficos específicos, deverão ser convertidos em AutoCad, versão 2010;
			4. Os desenhos deverão ser apresentados em pranchas com dimensões de formato máximo A1, devidamente assinados pelo responsável técnico. Os formatos deverão atender a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBR 10068 e NBR 13142 e deverão atender:
				1. Salvos em “DWG”, na versão 2010;
				2. Desenhados no “model space”, na escala 1:1, metros;
				3. Formatados no “paper space” na escala 1:1000;
				4. Vir acompanhado do arquivo “CTB” de configuração de plotagem;
		2. As plantas topográficas deverão conter:
			1. Todas as edificações identificadas, com diferentes hachuras, de acordo com o uso (residencial, comercial, etc.), indicando também o número de pavimentos;
			2. Os lotes identificados com o número de domicílio, área, perímetro e confrontantes;
			3. Indicação do contorno das quadras com todos elementos geométricos, inclusive com a locação dos imóveis levantados;
			4. Indicação dos equipamentos urbanos existentes no local;
			5. Indicação dos elementos naturais tais como: árvores; cursos d'água; voçorocas; ravinas; talvegues; barrancos, dentre outros;
			6. Indicação das divisas do terreno;
			7. Indicação de meios fios, postes, cercas, muros, etc.
		3. Declaração de Anuência de Confrontação;
			1. Caso a CONTRATADA encontre algum empecilho na obtenção da Declaração de Anuência de Confrontação, deverá ser emitido um relatório com a exposição dos empecilhos encontrados e submetê-lo à análise da CONTRATANTE.
		4. Relatório de Monografia dos marcos, desenvolvidos no aplicativo Word;
		5. Arquivo ASCII dos pontos do levantamento com o seguinte formato: Nº do ponto, Descrição, Norte, Este e Cota, separados por espaço ou vírgula;
		6. Toda entrega final dos serviços deverá ser conforme descrita a seguir:
			1. Em meio eletrônico e em três vias impressas, devidamente assinadas pelo Responsável Técnico:
				1. Plantas e memoriais;
				2. Anotação / Registro de Responsabilidade Técnica (ART/ RRT);
				3. Anuência dos confrontantes;
		7. Somente em meio eletrônico:
			1. Os arquivos dos levantamentos topográficos da Estação Total.
		8. Toda documentação técnica elaborada deverá apresentar conformidade com as orientações emitidas pela CONTRATANTE, com os detalhamentos que se fizerem necessários para o atendimento à clareza e a boa técnica.
		9. Arquivos digitais ou impressos, de desenho e memoriais, que não obedeçam aos parâmetros acima descritos serão considerados não aceitos.
	5. REUNIÕES:
		1. REUNIÃO INICIAL: para o início da elaboração dos serviços será emitida uma Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE, que deverá ser assinada por ambas as partes, objetivando estabelecer procedimentos e rotinas dos trabalhos, tais como:
			1. Pela CONTRATADA:
				1. Apresentação da equipe técnica, juntamente com a “Relação da Equipe Técnica”, entregue quando do recebimento de Serviço.
				2. É obrigatória a presença do Responsável Técnico acima indicado em todas as reuniões.
				3. Durante a execução dos trabalhos não será permitida a substituição de profissionais indicados na equipe técnica, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE.
			2. Pela CONTRATANTE:
				1. Apresentação do(s) Coordenador(es) dos trabalhos;
				2. Esclarecimentos sobre os procedimentos e padrões a serem adotados no planejamento, desenvolvimento e aceitação dos serviços.
		2. Reuniões Periódicas
			1. Caso seja necessário, reuniões periódicas serão realizadas nas dependências da CONTRATANTE, podendo, entretanto, serem realizadas por vídeo conferência ou por correspondência eletrônica (endereço eletrônico a ser definido na Reunião Inicial), de acordo com a complexidade do assunto a ser tratado e acordado entre as partes.
			2. Estas reuniões deverão contar obrigatoriamente com a presença do responsável técnico pelos serviços e do coordenador dos trabalhos pela CONTRATANTE.
			3. Durante a execução dos trabalhos poderá, a CONTRATANTE e/ou a CONTRATADA, solicitar reuniões extras para dirimir dúvidas ou prestar esclarecimentos.
4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS
	1. Os serviços a serem prestados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 2019.
5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
	1. Os serviços deverão estar concluídos em até 06 (seis) meses (execução 04 meses + 02 meses), contados do recebimento da Ordem de início de Serviços, no seguinte endereço: **Rua Francisco Novato, nº 02, Centro, Santa Rita de Ibitipoca/MG, de segunda à sexta-feira, de 8 às 11 h e de 12 às 16h, em dia de expediente na Administração Pública.**
	2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
	3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
	4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
		1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
	5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
	1. **São obrigados da Contratante:**
		1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
		2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
		3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
		4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
		5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
		6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
		7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
		8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
		9. Rejeitar, no todo ou em parte, objetos entregues fora das especificações e condições deste Termo de Referência;
		10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
	* 1. A CONTRATADA deverá ter disponibilidade de equipe técnica adequada para a elaboração dos serviços, conforme condicionantes descritas neste Termo de Referência.
			1. A CONTRATADA deverá manter durante o período de vigência do contrato uma estrutura mínima de apoio administrativo em seu escritório.
			2. A CONTRATADA deverá manter à frente dos trabalhos o profissional submetido à CONTRATANTE. Qualquer substituição de profissional porventura necessária durante a execução dos trabalhos deverá ser aprovada pela CONTRATANTE e apresentada, quando for o caso, nova ART/RRT.
			3. A CONTRATANTE, caso constate alguma falha de qualquer membro da equipe técnica que comprometa o andamento dos serviços, poderá solicitar formalmente à CONTRATADA a substituição deste membro, assim como o reforço dela, a qualquer momento que julgar necessário. O atendimento à solicitação deverá respeitar o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal.
			4. Substituir imediatamente, a pedido da CONTRATANTE, profissional que tenha demonstrado incapacidade técnica ou atuado de forma inconveniente ou desrespeitosa com a equipe da fiscalização da CONTRATANTE.
		2. A CONTRATADA deverá desenvolver os serviços conforme estipulado neste edital.
		3. A CONTRATADA deverá emitir relatório com exposição dos motivos que impediram de obter a assinatura dos confrontantes na Declaração de Anuência de Confrontação – Anexo VII e submetê-lo à análise da CONTRATANTE.
		4. A CONTRATANTE poderá exigir informações ou desenhos complementares a serem acrescidos aos volumes e formatos entregues, caso haja necessidade de maior detalhamento, sem ônus para a CONTRATANTE.
		5. Participar das reuniões presenciais que porventura se fizerem necessárias, quando convocada pela CONTRATADA, com antecedência mínima de três dias úteis.
		6. Os direitos autorais de todos os serviços desenvolvidos pela CONTRATADA serão cedidos à CONTRATANTE, que se reserva no direito de reutilizar, no todo ou em parte, todas as informações neles constantes sem ônus adicional e a seu exclusivo critério.
		7. À CONTRATADA é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços, salvo com prévia autorização da CONTRATANTE.
		8. Trabalhar sob a orientação da equipe técnica da Administração Municipal e executar os trabalhos em conformidade com as normas técnicas vigentes, de acordo com as especificações presentes neste Termo de Referência.
		9. A CONTRATADA obriga-se a reparar, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.
		10. Analisar juntamente com a equipe técnica do Município, a melhor forma de desenvolver os serviços, sempre que solicitada pela CONTRATANTE.
		11. Comparecer às reuniões promovidas pela CONTRATANTE, sempre que solicitada, inclusive na audiência pública.
		12. Entregar o serviço contratado no prazo e nos termos contratados.
		13. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
		14. A CONTRATADA deverá prover os serviços de todos os materiais, equipamentos e pessoal suficientes à sua execução, com o intuito de cumprir os prazos estabelecidos neste edital.
		15. FISCALIZAÇÃO: a CONTRATANTE fiscalizará dos serviços objeto desta licitação obrigando-se a CONTRATADA:
			1. Permitir e facilitar a inspeção e fiscalização dos serviços, pela CONTRATANTE, prestando informações e esclarecimentos solicitados.
			2. Participar à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, indicando as medidas para corrigir a situação.
			3. Comunicar, por escrito, sem prejuízo de suas responsabilidades, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos trabalhos, denunciando, inclusive, qualquer fato que possa resultar risco ou comprometer a qualidade destes.
		16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
		17. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
		18. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
		19. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
		20. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
		21. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
		22. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
		23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
8. DA SUBCONTRATAÇÃO
	1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA
	1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
	1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
		1. O recebimento de material de valor superior a R$176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
	2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
	3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
11. DO PAGAMENTO
	1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
		1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
	2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
	3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao Cadastro de Fornecedores, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
		1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
	4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
	5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
	6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
	7. Constatando-se, junto ao Cadastro de Fornecedores, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
	8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Cadastro de Fornecedores para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
	9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
	10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
	11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.
		1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no Cadastro de Fornecedores, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
	12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
		1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
	13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438

 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

1. DO REAJUSTE
	1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
		1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil – INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
	2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
	3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
	4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
	5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
	6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
	7. O reajuste será realizado por apostilamento.
2. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
	1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
		1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
		2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
		3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
		4. comportar-se de modo inidôneo;
		5. cometer fraude fiscal;
	2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
		1. **Advertência,** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
		2. multa moratória de 0,33% (trinta centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
		3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
		4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
		5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Santa Rita de Ibitipoca, pelo prazo de até dois anos;
		6. impedimento de licitar e contratar com o Município de Santa Rita de Ibitipoca com o consequente descredenciamento, pelo prazo de até cinco anos;
			1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
		7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
	3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
	4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
		1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
		2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
		3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
	5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
	6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
	7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
	8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
	9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
	10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
	11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
	12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
	13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.
3. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS
	1. O valor máximo aceitável para a contratação, será de R$249.988,48 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e oitenta e oito reais quarenta e oito centavos), sendo de R$183,68 (cento e oitenta e três reais sessenta e oito centavos) o valor unitário por cada lote medido.
	2. Para apuração do montante a receber deverá ser multiplicado o quantitativo de lotes medidos pelo valor unitário acima.
4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
	1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

 02.05.00.15.452.011.2.0037 – Manutenção Despesas Serviços Urbanos

 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Município de Santa Rita de Ibitipoca, 18 de janeiro de 2022.

**JOSÉ RICARDO DE ALMEIDA**

***Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano***

**ANEXO II**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede à\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(s) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_<diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço> pelo presente instrumento declara sob as penas da lei, em especial o art. 7º, da Lei 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação no Pregão nº 001/2022.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

**ANEXO III**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade/UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

(nome e número da identidade do declarante)

**ANEXO IV**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**D E C L A R A Ç Ã O**

Nome da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a) portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (catorze), anos na condição de aprendiz. ( ).

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

(nome e número da identidade do declarante)

**Obs: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

**ANEXO V**

 (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *(representante do licitante)*, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *(identificação do licitante ou do Consórcio)*, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade/UF, em \_\_\_ de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

 *(assinatura do representante legal do Licitante)*

**ANEXO VI – MONOGRAFIA**

|  |
| --- |
| **MONOGRAFIA DO MARCO DE APOIO** |
| Cliente | Data |
| Objeto |
| Localidade |
| Vértice | Características Geodésicas | Coordenadas UTM (Fuso 22 s) |
| Sistema de Referência | Latitude | Longitude (WGr) | Norte (m) | Altitude Geométrica | Altitude Ortométrica |
|  | SIRGAS2000 |  |  |  |  |  |
|  | SAD 69 |  |  |  |  |  |
|  |
| Foto de Campo | Croqui de localização do Vértice (sem escala) | Croque aéreo (sem escala) |
| **Itinerário:** | **Características:** Marco de concreto sobressaindo 0,10 m do solo |
| **Executado por:****Site:** |

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DE CONFRONTAÇÃO**

**ANUÊNCIA EXPRESSA DO NOTIFICADO**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº\_\_\_\_\_\_\_\_, Órgão expedidor\_\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_\_\_\_, casado sob o regime de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Órgão expedidor\_\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_\_\_, bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Cep\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/MG, manifesto ANUÊNCIA EXPRESSA ao procedimento administrativo do art. 31, da Lei nº 13.465/2017, procedimento administrativo sob o nº \_\_\_\_\_\_/2022. Fui notificado porque figuro na qualidade de proprietário/confrontante/cônjuge de matrícula/transcrição nº \_\_\_\_\_\_\_\_demarcada/atingida pela regularização fundiária.

**DECLARAÇÕES FINAIS SOBRE A TITULAÇÃO QUE SERÁ OUTORGADA**

Declaro na qualidade de proprietário/confrontante/cônjuge ou de credor de direito real que não há prejuízo nos limites tabulares em meu imóvel ou qualquer investida em direito real de minha titularidade.

**CERTIFICO** que eu, ......................................, (cargo), verifiquei a identidade do subscritor desta anuência à vista do documento de identidade apresentado, dispensando-o do reconhecimento de firma.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

**Assinatura do anuente (dispensa reconhecimento de firma)[[1]](#footnote-1)**

**Assinatura do servidor que verificou a identidade do anuente**

Confrontantes não identificados, ou não encontrados ou que recusarem o recebimento da notificação por via postal: (§5º, art. 24, do Decreto nº 9.310/18 e art. 31, §1º da Lei 13.465/2018)

**EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S). PRAZO 30 (TRINTA) DIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita de Ibitipoca/MG, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados e, especialmente, aos (descrever nome e qualificação de confrontantes ou outros interessados sabidos e conhecidos que não foram notificados pessoalmente ou se recusarem a receber a notificação), que tramita perante o Município procedimento de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S), procedimento nº \_\_\_\_\_/2022, que tem por objetivo regularizar o núcleo urbano informal denominado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sendo que o perímetro abrangido pela demarcação/regularização é a seguinte: (descrever o memorial descritivo georreferenciado e colocar o mapa, §5º, art. 24 do Decreto nº 9.310/18). Estando em termos, expediu-se o presente edital para notificação do supramencionado, advertindo-se que não apresentada a discordância perante o Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, localizado na Rua Francisco Novato, nº 02 – Bairro Centro – CEP 36272-000, em 30 (trinta) dias subsequentes ao decurso do prazo do edital publicado, poderá implicar em concordância e a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb. Será o presente edital, por extrato, afixado nos átrios da Prefeitura, e publicado uma vez na imprensa oficial e outra no jornal de circulação local. Eu, **LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA**, Prefeito Municipal, o conferi e assino

Art. 24 § 4º, Decreto nº 9.310/2018 – A notificação do proprietário e dos confinantes será feita por via postal com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição do imóvel e será considerada efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

**ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA E A EMPRESA ................................**

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA**, com sede na Rua Francisco Novato, nº 02, Centro, na cidade de Santa Rita de Ibitipoca/(MG), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.094.862/0001-96, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF (MF) nº 028.096.576-10, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.982.541, expedida pela SSP(MG), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº 002/2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº 001/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**
	1. É objeto deste contrato, sob o regime de empreitada por preço unitário, a prestação dos serviços de topografia para levantamento planialtimétrico e cadastral georreferenciados – REURB, para promover a regularização fundiária dos núcleos urbanos informais, consolidados, no Município de Santa Rita de Ibitipoca, conforme determina a Lei Federal 13.465/2017, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão Presencial identificado no preâmbulo e na proposta, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.
	2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Presencial e seus anexos, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
	3. Discriminação do objeto: conforme disposto no termo de referência.
	4. Os serviços deverão ser prestados nas seguintes locais: sede do Município, coordenadas \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Distrito de Bom Jesus do Vermelho, coordenadas \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Distrito de Paraízo Garcia, coordenadas \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Comunidade dos Moreiras, coordenadas \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Povoado Alto dos Bambus, coordenadas \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e Povoado Casa Branca, coordenadas \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_>
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**
	1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 06 (seis) meses, contados a partir da ordem de início dos serviços, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666.
3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**
	1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ............(...............)**.**
	2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
	1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

 02.05.00.15.452.011.2.0037 – Manutenção Despesas Serviços Urbanos

 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

 **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

* 1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.
1. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**
	1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
2. **CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**
	1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.
3. **CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**
	1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.
4. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
	1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.
5. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
	1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**
	1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
		1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
		2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
	2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
	3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
	4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
		1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
		2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
		3. Indenizações e multas.
7. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**
	1. É vedado à CONTRATADA:
		1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
		2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
8. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**
	1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
	2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
	3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
9. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**
	1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**
	1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no veículo de divulgações do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**
	1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Barbacena(MG).

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Santa Rita de Ibitipoca(MG), .......... de.......................................... de 2022.

|  |  |
| --- | --- |
| **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA****LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA*****Prefeito Municipal*** | ***Responsável legal da CONTRATADA*** |

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

CPF(MF):

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

CPF(MF):

1. A não manifestação já é considerada anuência para a lei e autoriza o prosseguimento do procedimento de regularização fundiária e anuência expressa dispensa o reconhecimento de firma se o servidor averiguar a identidade do notificado por meio de um documento de identidade. [↑](#footnote-ref-1)